

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Construção civil volta à recessão e puxa investimentos para o vermelho

Veículo: Folha de S. Paulo

Data: 31.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/08/construcao-civil-volta-a-recessao-e-puxa-investimentos-para-o-vermelho.shtml>

Construção civil volta à recessão e puxa investimentos para o vermelho

Setor caiu 0,8% no segundo trimestre e investimentos recuaram 1,8%



SÃO PAULO e RIO DE JANEIRO A construção civil voltou à recessão no segundo trimestre, informou nesta sexta-feira (31) o IBGE.

Depois de um primeiro trimestre no vermelho, a atividade voltou a cair entre abril e junho, configurando uma recessão técnica (dois trimestres seguidos no negativo).

A construção caiu 0,8% no segundo trimestre, ante os primeiros três meses do ano. Em relação ao mesmo período do ano passado, a queda foi de 1,1%. Os números confirmam que o setor ainda não conseguiu se recuperar da recessão, quando caiu quase 15% (em 2015 e 2016).



A construção caiu 0,8% no segundo trimestre, ante os primeiros três meses do ano - Mateus Bonomi/Folhapress

O recuo da construção contaminou os números da indústria, pois é um dos segmentos que integram o setor, e também os dos investimentos - responde por mais da metade da conta de investimentos no PIB (Produto Interno Bruto).

"Quem puxa o crescimento de um país saindo da recessão, normalmente, é a construção civil. Mas o governo não tem recursos para investir e não tem criado condições para que a iniciativa privada o faça, então a gente entrou nesse buraco. Não vai ter retomada de crescimento se não for pelo investimento, e a construção representa mais de 50% desse bolo", diz José Carlos Rodrigues Martins, presidente da Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção).

Depois de quatro trimestres seguidos no positivo, o investimento voltou a cair de abril a junho deste ano.

O IBGE informou que o investimento caiu 1,8% no segundo trimestre, em comparação com os primeiros três meses do ano. Em relação ao mesmo período do ano passado, quando o país começava a sair da recessão, houve uma alta de 3,7%, em razão da baixa base de comparação.

O investimento é uma variável muito volátil, pois depende da disposição do empresário e de sua confiança no futuro da economia.

A greve dos caminhoneiros, no fim de maio, porém, derrubou os indicadores de confiança tanto de empresários quanto de consumidores.

Em julho, passado o pior momento, os indicadores tiveram uma leve melhora, mas o baque teve efeito determinante no potencial de crescimento da economia brasileira neste ano, segundo os economistas Aloísio Campelo e Viviane Seda, do Ibre/FGV, afetando intenções de investimento e de contratações.

Em seguida, vieram as incertezas das eleições e a volatilidade trazida por ela, manifestada na alta do dólar e na queda das ações das empresas na Bolsa, criando um ambiente instável e hostil ao investimento.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Com Alta de 1,68% anunciada para amanhã, gasolina tem recorde de preço

Veículo: Agência Brasil

Data: 04.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-09/com-alta-de-168-anunciada-para-amanha-gasolina-tem-recorde-de-valor>

Com alta de 1,68% anunciada para amanhã, gasolina tem recorde de preço

O valor do litro passará de R\$ 1,1704 para R\$ 2,2069 nas refinarias

Publicado em 04/09/2018 - 10:55 Por Nielmar Oliveira - Repórter da Agência Brasil Rio de Janeiro

Cinco dias após o último aumento no preço da gasolina, a Petrobras acaba de anunciar que a partir de amanhã (5), nas refinarias de todo o país, o preço do derivado estará 1,68% mais caro. Com o novo aumento, o preço do litro da gasolina passará de R\$ 1,1704, que vigorava desde o último sábado (1º), para R\$ 2,2069. É o valor mais alto cobrado pelo preço do litro da gasolina desde junho do ano passado, quando a Petrobras mudou a política de preços e passou a acompanhar as oscilações do preço da *commoditie* no mercado externo.

"Os preços médios informados consideram a média aritmética nacional dos preços à vista, sem encargos e sem tributos, praticados na modalidade de venda padrão nos diversos pontos de fornecimento, que variam ao longo do território nacional, para mais ou para menos em relação à média. Essa variação pode ser de até 12% para gasolina A", informa a Petrobras.



Na última sexta-feira, após três meses de congelamento em decorrência de acordo do governo que pôs fim à greve dos caminhoneiros e que envolveu subsídio governamental ao produto, a Petrobras anunciou aumento de 13% no preço médio do óleo diesel comercializado nas refinarias do país.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Balança comercial tem superávit mais baixo para o mês de agosto

Veículo: Em Tempo

Data: 04.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Balança comercial tem superavit mais baixo para o mês de agosto

Com o resultado, a balança comercial, diferença entre exportações e importações, acumula superavit de US\$ 37,811 bilhões nos oito primeiros meses deste ano

Agência Brasil - O crescimento das importações decorrente da recuperação da economia voltou a reduzir o saldo da balança comercial. Segundo dados divulgados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), o país exportou US\$ 3,775 bilhões a mais do que importou no mês passado, queda de 32,5% em relação ao resultado positivo de US\$ 5,592 bilhões em agosto de 2017. Esse é o superavit mais baixo para o mês desde 2015 (US\$ 2,685 bilhões).

Com o resultado de agosto, a balança comercial – diferença entre exportações e importações – acumula superavit de US\$ 37,811 bilhões nos oito primeiros meses de 2018. O valor é 21,8% inferior ao do mesmo período do ano passado, pelo critério da média diária.



O recuo do saldo da balança deve-se ao maior crescimento das importações em relação às exportações

O recuo do saldo da balança deve-se ao maior crescimento das importações em relação às exportações. No mês passado, as vendas externas somaram US\$ 22,552 bilhões, alta de 15,8% em relação a agosto de 2017, pelo critério da média diária. Segundo o MDIC, esse foi o segundo maior valor ex-

portado para o mês, só perdendo para agosto de 2011. As importações, no entanto, somaram US\$ 18,777 bilhões, alta de 35,3% em relação a agosto do ano passado, também pela média diária.

O secretário de Comércio Exterior do MDIC, Abrão Neto, destacou que o país bateu

recorde nas exportações de soja, tanto em valor como em quantidade, em agosto. Outros itens, como petróleo bruto, minério de ferro, aviões e plataforma de petróleo, também foram destaque nas vendas externas brasileiras. Desde dezembro de 2016, as exportações têm subido em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Setores

As vendas de manufaturados puxaram as exportações, com alta de 35,1% em relação a agosto de 2017, com destaque para uma plataforma de petróleo exportada para o Panamá, turbinas e aquecedores e secadores.

As exportações de produtos básicos subiram 16,4%, com destaque para farelo de soja (46%), soja em grão (43,7%) e minério de cobre (43,1%). As vendas de semimanufaturados, no entanto, caíram 24,2%, puxadas pela retração das exportações de semimanufaturados de ferro e aço (85,2%), açúcar bruto (48,3%), couros e peles (31,2%).

Em relação às importações, que cresceram mais que o dobro das exportações em agosto, as compras de bens de capital aumentaram 158,2% em relação a agosto do ano passado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Inscrições abertas para os cursos de Construção Civil, Orçamento prático para Obras Civas e Impermeabilização.

Veículo: CREA-AM

Data: 04.09.18

Caderno: Notícias

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://www.crea-am.org.br/src/site/noticia.php?id=5623>

Atualizado em 04/09/2018 - 11h08

Inscrições abertas para os cursos de Construção Civil, Orçamento prático para Obras Civas e Impermeabilização

Os treinamentos acontecem no mês de setembro e são voltados para profissionais e estudantes de Engenharia e Arquitetura.

Curso de Construção Civil

para Acadêmicos de Engenharia e Arquitetura

SÓ MACETES



APOIO:



REALIZAÇÃO:



Investimento: R\$ 550,00 (À vista)
Ou R\$ 650,00 (3X-No Cartão S/ Juros)
PREÇOS ÚNICOS

SETEMBRO

ANOITE			
2018			
Dia	SETEMBRO	HORÁRIO	
SEXTA A.	21 24 25 26	14:00-18:00	
TERÇA	27 28		

Público alvo: Estudantes,
Técnicos, Arquitetos
Engenheiros

Informações: (WhatsApp)
(092) 98292-0036

E-mail: harruda.cursos@gmail.com

Local: Av. Major Gabriel, Centro Comercial JB
SALA 04 / Shopping Boulevard JB
Em frente ao Cemitério São João Batista

CURSO COM APOSTILA, COFFEE BREAK E CERTIFICADO COMO HORA COMPLEMENTAR PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO

Instrutor: HUBERTO ARRUDA, M.Sc, CRK - Engenheiro Civil, UFAM, 1966.
- Especialização em Orçamento e Planejamento de Obras Civas: IBPI - RJ e São Paulo
- Mestrado em Construção Civil: UFSC / SC, 1995.
- 31 anos de experiência em obras civis, estradas, orçamentos e planejamentos de obras.

OBJETIVO PRINCIPAL:
- Será um curso de formação básica para profissionais e acadêmicos de Engenharia Civil, Arquitetura e Edificações, mostrando o passo a passo e macetes práticos de como executar as etapas mais importantes de uma obra de construção civil. **Serão ensinamentos de 32 anos de experiência em obras civis.**
"24 HORAS DE MACETES QUE SÓ APRENDEMOS DENTRO DAS OBRAS".

10ª
TURMA

PROGRAMA

- SERVIÇOS INICIAIS
- RELATÓRIOS DE VISITAS
- CANTEIRO DE OBRA
- LOCAÇÕES DE OBRAS
- TIPOS DE GABARITOS
- COMO EXECUTAR AS SONDAGENS
- ESCAVAÇÕES / RIP RAP
- FUNDAÇÕES SUPERFICIAIS
- FUNDAÇÕES PROFUNDAS
- EXECUÇÃO FORMAS E DESFORMA
- EXECUÇÃO DE ARMADURAS
- QUANTIDADE DE AÇO NO PROJETO
- PROPRIEDADES DO CONCRETO

- CONTROLE TECNOLÓGICO DO CONCRETO
- COMO RODAR O CONCRETO NA OBRA
- COMO CALCULAR AS PADIOLAS DOS TRAÇOS
- ALVENARIA CERÂMICA E ESTRUTURAL
- QUANTIDADES DE MAT. NA ALVENARIA
- COMO EXECUTAR OS REVESTIMENTOS
- CHAPISCOS, EMBOÇO E O REBOCO
- REVESTIMENTOS CERÂMICOS
- EXECUÇÃO DE PISOS
- PROCEDIMENTOS DE IMPERMEABILIZAÇÕES
- DIVERSAS PATOLOGIAS EM OBRAS
- TEMAS LIVRES: ELÉTRICA, HIDROSANITÁRIA... E ETC.

A Harruda Cursos abre inscrições para o curso de Construção Civil que acontece no período de 21 a 28 de setembro no horário de 14h às 18h. O engenheiro civil e mestre em Construção Civil, professor Humberto Arruda ministrará o curso. Outros cursos como Orçamento prático para Obras Civas e Impermeabilização também estão sendo oferecidos.

O treinamento de Construção Civil é uma formação básica voltada para profissionais e estudantes de Engenharia e Arquitetura e deve mostrar o passo a passo e macetes práticos de como executar as etapas mais importantes de uma obra de construção civil.

O investimento é de R\$ 550,00 (à vista) e R\$ 650,00 no cartão de crédito, podendo ser parcelado em até 3 vezes.

As inscrições podem ser feitas das 14h às 17h, na Av. Major Gabriel com Boulevard Amazonas, no Centro Comercial JB, sala 4, em frente ao Cemitério São João Batista, na sede da Harruda Cursos.

Para mais informações no e-mail: harruda.cursos@gmail.com e no telefone: (92)98292-0036.

CONHEÇA OUTROS CURSOS

Confira abaixo as informações sobre os cursos de Orçamento Prático para Obras Civas e Impermeabilização.

Curso de Orçamento Prático de Obras Civas

13ª TURMA

A NOITE



APOIO:



REALIZAÇÃO:



À NOITE

Dia	SETEMBRO			
Segunda - Quinta	10	11	12	13
	17	18	19	20

18:30-22:30

Marque na sua Agenda

Público alvo: Estudantes, Técnicos, Arquitetos, Engenheiros

Investimento: PREÇOS UNICOS
R\$ 650,00 (À vista)
R\$ 750,00 (3X - No Cartão)

INSCRIÇÕES: (14:00 – 17:00HS)
Av. Major Gabriel c/ Boulevard Amazonas
SALA 04 / Centro Comercial JB
Em frente ao Cemitério São João Batista

Informações: (WhatsApp)
(92) 98292-0036
E-mail: harruda.cursos@gmail.com

CURSO COM APOSTILA E CERTIFICADO COMO HORA COMPLEMENTAR PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO

Instrutor: HUMBERTO ARRUDA, CRK - Engenheiro Civil, UFAM, 1986.

- Especialização em Orçamento e Planejamento de Obras Civas: IBP - RJ e São Paulo
- Mestrado em Construção Civil: UFSC / SC, 1995
- Profissional Certificado pelo IBEC, em "NOTORIO SABER" em Engenharia de Custo
- 32 anos de experiência em obras civis, estradas, orçamentos e planejamentos de obras.

Carga Horária 32 Hs

- Técnicas Orçamentárias;
- Custo direto e indireto;
- Orçamentos semi-projetos executivos: Obras horizontais e verticais, NBR-12.721/2006;
- O NOVO CUB - Custo Unitário Básico;
- Método dos % dos elementos construtivos;
- Estudos de casos de orçamentos estimativos;
- Cálculo de áreas equivalentes, segundo a NBR;
- Orçamento Operacional e Paramétrico;
- Planilhas Orçamentárias: Simbólica e Analítica;
- Plano de Contas NBR-12.721 / 2006;
- Composição de Custos Unitários;
- Cálculo de coeficientes das composições;
- Orçamento de Órgão Público - SINAPI;
- Cálculo de Produtividade da Construtora;
- Composições MISTAS: Exercícios;

- Custo Horário de Equipamentos: Estudo completo - Passo a Passo;
- Cálculo pelo Método Matemático da Soma dos Dígitos e Método do Senário Executado;
- Liza Sociais - SINDUSCON e SINAPI;
- Abatido a caixa zero do 80%;
- A DESONERAÇÃO nos Orçamentos;
- Análise do custo da estrutura do prédio na realidade do ORÇAMENTO;
- O SEGREDO DO ORÇAMENTO: 122 Critérios de Quantificação dos Serviços: Do começo da obra até a entrega final;
- Cálculo dos quantitativos da planta modelo;
- Orçamento Final, utilizando o "VOLARE";
- Cálculo do Reajuste de Obra (NCC);
- Cálculo de Multa por Atraso de Obras;
- Cálculo do Prazo Estimado de Obra - PEO;
- TÓPICOS INÉDITOS NO CURSO:
- Experiências diversas em LICITAÇÕES

Curso Prático de IMPERMEABILIZAÇÕES



APOIO:



REALIZAÇÃO:



Harruda Cursos

Investimento:

R\$ 500,00 (À vista)

R\$ 600,00 (3X NO CARTÃO)

Público alvo: Estudantes,
Técnicos, Arquitetos,
Engenheiros.

Informações: (Whatsapp)

(092) 98292-0036

E-mail: harruda.cursos@gmail.com

IMPERMEABILIZAÇÃO			
Dia	SETEMBRO		Horário
QUINTA-FEIRA	05	06	18:30 - 22:30
SEXTA-FEIRA	06	07	18:30 - 22:30
SÁBADO	08	09	8:30 - 12:30
SÁBADO	09	10	14:30 - 18:30

Marque na sua Agenda

Local: Av. Major Gabriel c/ Boulevard Amazonas
SALA 04 / Centro Comercial JB
Em frente ao Cemitério São João Batista

CURSO COM APOSTILA, COFFEE BREAK E CERTIFICADO COMO HORA COMPLEMENTAR PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO

- Instrutor: RAIMUNDO NONATO LIMA - Engenheiro Civil UFAM, 1994.
- Especialização em Impermeabilizações pela VIAPOL - São Paulo
- Ex-Prof. Em disciplinas na Arquitetura e Engenharia / FAMETRO e ULBRA
- Profissional com 24 anos de experiência em obras civis e serviços de impermeabilizações.

PROGRAMA DO CURSO

IMPERMEABILIZAÇÃO FLEXÍVEL:

- Tecidos;
- Flexibilidade;
- Aplicações indicadas;
- Mantas asfálticas;
- Manta de EPDM;
- Manta de tpo;
- Manta de PVC;
- Asfalto a quente;
- Emulsões;
- Soluções asfálticas.

Carga
Horária
24 Hs

8 hs de
Aula
PRÁTICA

IMPERMEABILIZAÇÃO RÍGIDA:

- Impermeabilização Rígida;
- Resina epóxi;
- Cimento Polimérico;
- Geomembrana PEAD;
- Membranas moldadas;

• Será apresentado no decorrer do curso casos práticos de impermeabilizações em obras realizadas pelo autor.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Em busca de um futuro produtivo

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 01.09.18

Caderno: Economia

Página: A5

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Ação empresarial debate propostas para o desenvolvimento da economia do Amazonas

Em busca de um futuro produtivo

Empresários da indústria, comércio e agricultura vão apresentar aos candidatos a governador propostas consideradas fundamentais para retomada do crescimento econômico e da segurança para a população do Amazonas. Em reunião ontem (31), a Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas) e o Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas) consolidaram 11 propostas. A ACA (Associação Comercial do Amazonas) também apresentou cinco propostas.

O documento final, que também vai incluir demandas apontadas pela Federação do Comércio do Estado do Amazonas e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas, será entregue neste mês em reunião na Fieam aos respectivos candidatos.

O 1º vice-presidente da Fieam, Nelson Azevedo, disse que as propostas, elaboradas pela

Ação Empresarial do Amazonas, contribuem para o debate com vistas a soluções para os problemas que afetam, sobretudo, o setor produtivo, como a ausência de infraestrutura, que eleva os custos e reduz a competitividade industrial.

“Somente com a garantia da competitividade poderemos dinamizar a economia do Estado,

aumentando a produção, criando novos empregos, expandindo a renda e gerando crescente arrecadação tributária, necessária para transformar a condição social”, disse Azevedo.

As propostas foram relatadas pelo assessor econômico da Fieam, eco-

nomista, Gilmar Freitas, para quem a aprovação da prorrogação da política de incentivos fiscais vigentes na ZFM (Zona Franca de Manaus), isoladamente, não é suficiente para transpor as inconformidades estruturais e gerenciais do modelo, nem para interiorizar o

Documento, com as propostas elaboradas pela indústria, comércio e agricultura, será entregue aos candidatos ao governo do Amazonas



Ataliba David, Nelson Azevedo e Carlos Rosas num mesmo objetivo

crescimento econômico.

“Além da complexidade logística e deficiência de infraestrutura, que oneram intensamente os custos de produção, os problemas político-administrativos vêm prejudicando as atividades produtivas e inviabilizando a implantação de novos empreendimentos, praticamente anulando as vantagens fiscais constitucionalmente garantidas com exclusividade

à ZFM”, disse Freitas.

A suspensão de qualquer modificação na lei 2826/2003, até que seja debatida definitivamente a reforma Tributária que tramita no congresso, é levantada pelo economista como essencial para o estímulo e recuperação econômica no Estado. Na proposta de reforma Tributária em tramitação na Câmara dos Deputados, segundo ele, não existe qualquer

referência à ZFM, e nem qual seria a compensação tributária em substituição às mesmas.

O presidente da ACA (Associação Comercial do Amazonas), Ataliba David Antônio Filho, destacou a segurança como um dos itens primordiais em Manaus. “O comércio hoje se ressentente bastante do item segurança, inclusive, com a carga horária diminuída em função do problema”, pontuou ele.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Construção civil e judiciário debatem distratos no mercado imobiliário

Veículo: CBIC Mais

Data: 31.08.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC_newsletter_154.pdf

CONSTRUÇÃO CIVIL E JUDICIÁRIO DEBATEM DISTRATOS NO MERCADO IMOBILIÁRIO

SEMINÁRIO REUNIU MINISTROS DO STJ EM BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA A QUESTÃO

Assessoria de Imprensa do Sinduscon-RN



Uma das questões que mais têm imposto perdas ao mercado da construção civil nos últimos quatro anos, os distratos imobiliários -desistência da compra de imóveis negociados na planta- foi discutida nesta sexta-feira (31/08), na Casa da Indústria, em Natal/

RN, durante o seminário "O Distrato na Incorporação Imobiliária e a Segurança Jurídica", com a participação dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Paulo de Tarso Sanseverino, Marcelo Ribeiro Dantas e Gurgel de Faria, do desembargador Nei Belo, de juízes, advoga-

dos, membros do Ministério Público (MP), especialistas e empresários. “Não temos nada contra quem compra para investir. Mas é preciso levar em conta que, nesse caso, essa pessoa deve assumir os riscos que são inerentes ao mercado. É preciso, portanto, separar o joio do trigo”, explicou o presidente do Sinduscon-RN, Arnaldo Gaspar Júnior, chamando atenção para as consequências negativas em cadeia gerada pelo distrato.

Promovido pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Norte (Sinduscon-RN) e pela Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte (AMARN). O objetivo do evento foi buscar esclarecer e debater alternativas para uma questão complexa e sobre a qual existe muita desinformação e distorção. Uma dessas distorções, segundo Arnaldo Gaspar Júnior, é a que confunde a pessoa que comprou seu imóvel para residir e o investidor que, no boom imobiliário, comprou três, quatro imóveis na planta, para vender dois anos depois por um valor superior e quando algo deu errado bateu à porta da Justiça para rasgar o contrato.

“Você compra um imóvel que leva dois anos, dois anos e meio para ser construído; tem uma fase de lançamento; um corretor envolvido nessa transação imobiliária; um financiamento, e na hora em que você tem um distrato, toda essa cadeia é afetada e isso traz consequências graves para o mercado como um todo. E você tem a frustração da pessoa que comprou o imóvel e não pode mais pagar”, disse Arnaldo Gaspar Júnior.

O presidente da AMARN, Herval Sampaio, avaliou como positiva a parceria com o Sinduscon para realizar o evento. “Foi uma alegria e satisfação está ao lado do Sinduscon nessa discussão tão boa para que a gente possa aprofundar a preocupação com a temática”.

Herval Sampaio salientou a preocupação com a segurança jurídica de um modo geral, que envolve todos que de algum modo interagem, participam de negócios jurídicos e em especial, que envolve os empreendedores imobiliários. “Pelas falas que presenciamos ficou estabelecida a necessidade de um ponto de equilíbrio, como o ministro Paulo de Tarso Sanseverino colocou, entre essa atividade empresarial das construtoras, e o respeito, que em momento nenhum deixou de lado o respeito que se deve ter, indiscutível, ao direito do consumidor, inclusive a tutela constitucional do consumidor”, afirmou o presidente da AMARN.

Para Herval Sampaio, o distrato deve ser analisado sob todas as nuances, e não somente um lado. “Isso que foi



Celso Petrucci, presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC

importante hoje aqui neste encontro, porque se viu ambos os lados, a situação atual, como a jurisprudência vê o tema e principalmente, na palestra final, se viu um horizonte, uma perspectiva do que verdadeiramente a gente pode ter”.

Segundo o magistrado, o ideal é que é a lei que está tramitando no Congresso Nacional atenda às construtoras e consumidores. “Que esta lei possa ter a almejada segurança jurídica e que essa relação fique melhor para ambos os lados, que é evidentemente, o que o direito deve tutelar.”

O presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Celso Petrucci, que apresentou a palestra sobre “O mercado imobiliário, sua estruturação e funcionamento”, avaliou como excelente o seminário, “em razão das manifestações dos ministros do STJ e a exposição que a gente pôde fazer dos efeitos nefastos que os distratos estão trazendo para o mercado imobiliário”. Ele expôs de forma didática as consequências dos distratos.

Segundo ele, foi mais um passo para que se possa dar uma solução definitiva para os distratos. “O ministro Paulo de Tarso fez uma avaliação sobre a lei que já foi aprovada na Câmara dos Deputados e que a gente acredita que ainda pode ser negociada no Senado e ir para sanção presidencial este ano. Seguramente, esta lei passará mais segurança para o mercado, tanto para o comprador quanto para os incorporadores imobiliários”, mencionou Petrucci.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Cadê aprova parceria entre Gerdau, Votorantim e Tigre

Veículo: CBIC Mais

Data: 31.08.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC-HOJE-30.08.2018.pdf>

Cade aprova parceria entre Gerdau, Votorantim e Tigre



O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições, a formação de *joint venture* entre Votorantim Cimentos, Tigre Participações e Gerdau Aços Longos. A nova empresa vai gerir e promover o programa de fidelização chamado *Juntos Somos Mais*, voltado para lojistas do setor de materiais de construção civil.

A *joint venture* será composta 45% pela Votorantim, fundadora do programa em 2015, e outros 27,5% cada por Gerdau e Tigre. O programa é destinado a lojas e seus vendedores, "com o objetivo de aprimorar o atendimento aos clientes finais e aos profissionais da obra", informou nota das empresas distribuída em abril, quando

anunciaram a parceria.

Pelo programa, a venda de produtos das empresas participantes – como aço, cimento, argamassa, rejuntas, tubos e conexões – gera pontos que poderão ser trocados por bens ou serviços pelos proprietários de loja, vendedores e balconistas. Entre os benefícios oferecidos estão cursos profissionalizantes, softwares de venda, treinamentos de gestão, bens e equipamentos.

Ao Cade, as empresas disseram que "são e permanecerão independentes em qualquer aspecto operacional e comercial de suas atividades principais", assim "o único ponto em comum entre elas residirá na operação do programa de fidelização por coalizão". Outras empresas do ramo de construção civil poderão aderir ao programa como parceiras.

(Com informações do Estadão Conteúdo)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Indústria da construção comemora decisão do STF sobre terceirização irrestrita

Veículo: CBIC Mais

Data: 31.08.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC_newsletter_154.pdf

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO COMEMORA DECISÃO DO STF SOBRE TERCEIRIZAÇÃO IRRESTRITA

DELIBERAÇÃO GARANTE MAIOR SEGURANÇA JURÍDICA E MELHORIA NO AMBIENTE DE NEGÓCIO DAS EMPRESAS



Nelson Jr./SCO-STF

Em sessão do STF, ministros decidem autorizar terceirização irrestrita

Numa sentença considerada histórica, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem (30/08), por 7 votos a 4, autorizar a terceirização irrestrita para as empresas (atividades-meio e fim), mantendo a responsabilidade subsidiária da contratante. "Com certeza é mais um passo na busca de maior segurança jurídica e melhoria dos ambientes de negócios nas empresas do Brasil, especialmente as do setor da construção", destaca o presidente da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Fernando Guedes Ferreira Filho. "A

decisão acaba com uma discussão que já não fazia o menor sentido para a economia moderna e muito menos para a indústria da construção, considerando que o setor tradicionalmente subempreita as suas atividades", completa.

As técnicas construtivas atuais implicam na terceirização de boa parte das atividades do setor e a decisão do STF demonstra que os ministros estão atentos com a economia moderna, onde as cadeias de produção são verticalizadas. Antes da Lei 13.429/2017

(Lei da Terceirização), que regulamenta os serviços terceirizados no Brasil e amplia o tempo de contratação de trabalhadores temporários – sancionada pelo presidente da República, Michel Temer, em abril do ano passado –, não existia uma regulamentação específica. A única regra que existia era uma orientação, por meio da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que textualmente vedava a terceirização de serviços correspondentes a atividades-fim do contratante, permitindo somente para as atividades-meio.

O julgamento foi referente a duas ações anteriores à reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) e à Lei de Terceirização, e eram relacionadas à mencionada Súmula 331. De imediato, cerca de 4 mil processos trabalhistas serão destravados. “A terceirização foi regulamentada, mas ainda estavam pendentes os fatos ocorridos antes da entrada em vigor da nova lei, o que foi abordado nessa discussão do STF”, destaca Fernando Guedes.

“Com a entrada em vigor da Lei da Terceirização em 2017, a discussão tinha praticamente se exaurido, apesar de que ainda havia o debate sobre a constitucionalidade da prática, mesmo com regulamentação legislativa. Mas a decisão do Supremo deixou o indicativo de que, se ela não era vedada antes da entrada em vigor da lei, não há como ela ser questionada agora”, diz.

Julgamento

Além da presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, que reforçou que a terceirização não é a causa da precarização do trabalho, votaram a favor da terceirização irrestrita os ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, além dos relatores Luís Roberto Barroso e Luiz Fux.

Já os ministros Marco Aurélio, Luiz Edson Fachin, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski se posicionaram contrários à terceirização da atividade-fim. Confira a seguir, a posição de alguns deles:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

A decisão mantém a responsabilidade subsidiária da empresa contratante. No caso de não-pagamento de direitos trabalhistas, o tomador de serviço será o responsável. Por isso, a CBIC alerta as empresas sobre a importância da fiscalização e do cumprimento das suas obrigações trabalhistas.

O **Guia Contrate Certo – Guia para a contratação de empreiteiros e subempreiteiros na construção civil** da CBIC, realizado pela CPRT/CBIC, com a correalização do Sesi Nacional, é uma importante ferramenta de apoio. O material orienta as construtoras sobre como fazer a gestão jurídica e trabalhista dos seus terceirizados na contratação de serviços na modalidade de empreitada e subempreitada, pautado pela garantia do direito do trabalhador e pelo fomento da segurança jurídica do empreendedor, âncoras das melhores práticas empresariais.

“O Guia Contrate Certo apresenta o conhecimento necessário para que as empresas da construção civil continuem trilhando o caminho do respeito às leis e à proteção ao trabalhador, que sempre pautaram sua atuação”, aponta o presidente da CBIC, José Carlos Martins. Para acessar o Guia, [clique aqui](#).



"Com a proibição da terceirização nós teríamos talvez uma possibilidade de as empresas deixarem de criar postos de trabalho e, portanto, aumentar a condição de não-emprego e o não-emprego é uma das formas de indignidade maior contra aquele que está em condições de trabalhar, precisa do emprego, procura o emprego e faz com que o seu trabalho dê sentido a sua vida", disse a **ministra Cármen Lúcia, presidente do STF**.



"No momento em que há 13 milhões de desempregados e 37 milhões de trabalhadores na informalidade é preciso considerar as opções disponíveis sem preconceitos ideológicos e sem apego a dogmas antigos", destacou o **ministro Luís Roberto Barroso**.



"A dicotomia entre a atividade fim e atividade meio é imprecisa, artificial e ignora a dinâmica da economia moderna, caracterizada pela especialização e divisão de tarefas com vistas a maior eficiência possível", mencionou o **ministro Luiz Fux**.



"O impedimento absoluto da terceirização trará prejuízos ao trabalhador, pois certamente implicará a redução dos postos de trabalho formal criados em decorrência da ampliação da terceirização nos últimos anos", destacou o **ministro Celso de Mello**.



"Não é possível impor uma única forma de organização empresarial, e cada empreendedor pode estabelecer fluxo de produção dentro de sua empresa", disse o **ministro Alexandre de Moraes**.



"Vivemos hoje num mundo globalizado. Não é mais o mundo do início do enunciado, de 1986, que dizia respeito às leis específicas da época"... "Isso não quer dizer que temos de ir à precarização das relações de trabalho e à desproteção do trabalhador. Mas é uma realidade econômica e social que perpassa todos os países industrializados, e o Brasil é um deles", afirmou o **ministro Dias Toffoli**.



"Julgo inválida as contratações de mão de obra terceirizada na atividade-fim das empresas, especialmente em se considerando que esse cabedal normativo cabe, como efetivamente depois o exercitou, ao poder competente, o Poder Legislativo", disse o **ministro Luiz Edson Fachin**.



"O aparato jurídico desenvolvido na CLT e aperfeiçoado pela Constituição de 1988 foi o que conduziu ao tratamento jurídico do tema", ressaltou a **ministra Rosa Weber** "A rarefação de direitos trabalhistas nas relações terceirizadas vulnerabiliza os trabalhadores a ponto de os expor, de forma mais corriqueira, a formas de exploração extremas e ofensivas a seus direitos".



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: FI-FGTS aplicará R\$ 248,3 milhões em linha de transmissão de energia

Veículo: CBIC Hoje

Data: 31.08.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC-HOJE-30.08.2018.pdf>

FI-FGTS aplicará R\$ 248,3 milhões em linha de transmissão de energia

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) aprovou

ontem (29/08) o Relatório de Oportunidade Prévia do Investimento (ROPI) na Transmissora Serra da Mantiqueira (TSM). Pela decisão, a linha de transmissão de energia localizada nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro poderá contar com investimento de R\$ 248,3 milhões. A linha tem 330 quilômetros de extensão.

Com essa aprovação, será feito um estudo sobre os requisitos para receber o investimento, o que leva de 6 a 8 meses. Depois, o relatório final tem que ser aprovado pelo Comitê de Investimentos do FI-FGTS para que os recursos sejam liberados. O FI-FGTS usa parte dos recursos do Fundo de Garantia dos trabalhadores para investir na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, aeroportos, energia e saneamento.

Para receber os recursos, é preciso enviar propostas por meio das chamadas públicas abertas pelo FI-FGTS. Neste ano, o fundo já lançou quatro chamadas públicas. A última, ainda aberta, com encerramento na próxima sexta-feira (31/08), prevê a liberação de R\$ 4,85 bilhões para até 15 projetos de infraestrutura, prioritariamente na área de saneamento.

Nas três rodadas anteriores do chamamento público, sete projetos foram habilitados, no valor total de R\$ 2,6 bilhões. Seis desses projetos são para o setor elétrico e um na área de saneamento.

(Com informações da Agência Brasil)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Petrobras anuncia alta de 1,63% na gasolina e valor chega a novo recorde

Veículo: G1

Data: 04.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/09/04/petrobras-anuncia-alta-de-168-na-gasolina-nas-refinarias-e-valor-chega-a-novo-recorde.ghtml>

Petrobras anuncia alta de 1,68% na gasolina nas refinarias e valor chega a novo recorde

No acumulado em 1 mês, a alta chega a 13,38%.

Por Darian Alvarenga, G1
04/09/2018 08h44 - Atualizado há 4 horas



Postode combustíveis em Uberaba (Foto: Neto Talmell/Prefeitura de Uberaba)

A Petrobras anunciou nesta terça-feira (4) um aumento de 1,68% nos preços da gasolina nas refinarias. Com isso, o valor passará de R\$ 2,1704 para R\$ 2,2069 o litro a partir desta quarta-feira (5).

Com o aumento, o novo valor atingirá uma máxima dentro da política de reajustes diários, iniciada há mais de um ano. No acumulado em 1 mês, a alta chega a 13,38%.

A decisão de repassar o aumento do valor da combustível cobrado pela Petrobras para o consumidor final é dos postos de combustível.

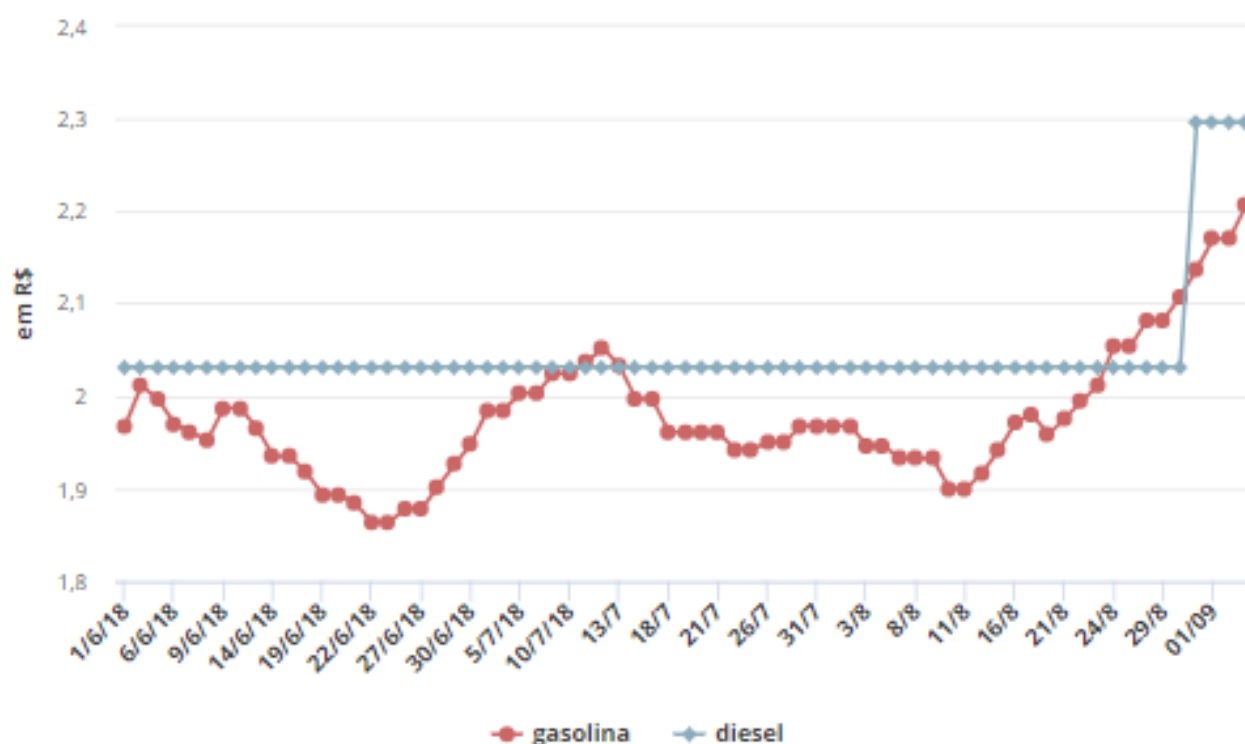
A Petrobras adota novo formato na política de ajuste de preços desde 3 de julho do ano passado. Pela nova metodologia, os reajustes acontecem com maior frequência, inclusive diariamente, refletindo sobretudo o

preço internacional e o câmbio.

Já o preço do diesel segue a R\$ 2,2964 o litro, em meio ao programa de subvenção do governo federal. **Na sexta-feira, a estatal anunciou reajuste de 13% no preço médio do diesel** praticado nas refinarias após 3 meses de valores congelados.

Preço dos combustíveis nas refinarias

Em R\$ por litro



Fonte: Petrobras

Preço nos postos

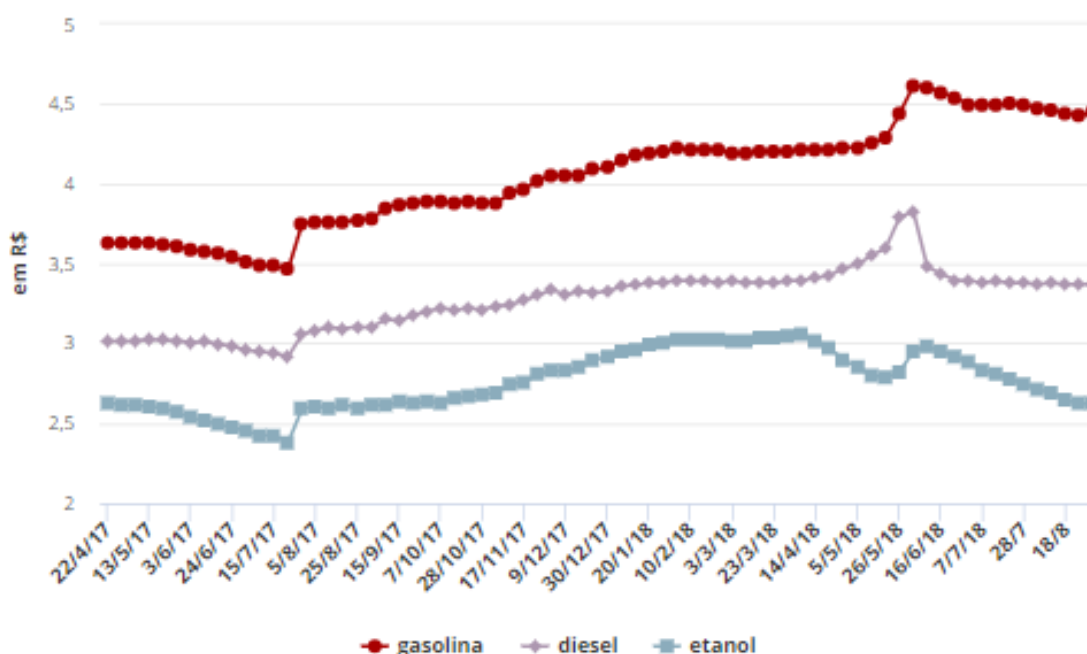
O **preço médio da gasolina nas bombas terminou a semana passada a R\$ 4,446**, segundo pesquisa da Agência Nacional do Petróleo, do Gás Natural e dos Biocombustíveis (ANP), o que representa um aumento de 0,38% na comparação com os sete dias anteriores. Foi a primeira alta depois de 5 quedas seguidas.

No ano, o preço médio da gasolina já acumula alta de 8,5% - bem acima da inflação de 4,17% esperada para 2018.

O diesel terminou a semana em alta de 0,05%, vendido a R\$ 3,373 por litro, em média. No ano, o preço do diesel acumula alta de 1,4%. Já o etanol passou para R\$ 2,626, o que representa uma alta de 0,2% sobre a semana anterior. Apesar da alta desta semana, no ano o valor do etanol nas bombas acumula queda de 9,8%.

Preços dos combustíveis nos postos

Evolução do valor por litro, na média nacional



Fonte: ANP

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Projeto de Revisão ABNT NBR 6120 - Ações para o Cálculo de Estruturas de Edificações foi adicionado à Consulta Nacional neste mês de agosto

Veículo: CBIC Hoje

Data: 31.08.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC_newsletter_154.pdf

Projeto de Revisão ABNT NBR 6120 - Ações para o Cálculo de Estruturas de Edificações foi adicionado à Consulta Nacional neste mês de agosto



Consta em consulta nacional, até o próximo dia 23 de outubro, o Projeto de Revisão da ABNT NBR 6120 - Ações para o cálculo de estruturas de edificações, elaborado pela

Comissão de Estudo CE-002:124.011 do Comitê Brasileiro da Construção Civil (ABNT/CB-002). Após aprovada, a revisão cancela e substitui a edição anterior (ABNT NBR 6120:1980 Versão corrigida: 2000). É importante lembrar que até sua aprovação a referida edição continua em vigor.

A Norma estabelece as ações mínimas a serem consideradas no projeto de estruturas de edificações, qualquer que seja sua classe e destino, salvo os casos previstos em Normas Brasileiras específicas (ABNT NBR 6123, ABNT NBR 15421, ABNT NBR 14323 e ABNT NBR 15200).

O Grupo de Acompanhamento de Normas Técnicas (Gant) da Comat/CBIC acompanhou a revisão da norma e, por meio do Portal de Normas Técnicas da CBIC, informou aos "seguidores" o status do projeto e as reuniões que aconteceram para sua revisão. Para acompanhar as normas em revisão e em Consulta Nacional do setor da construção acesse www.cbic.org.br/normasdaconstrucao. As ações do GANT estão contidas no Projeto Gestão das Normas Técnicas do setor, uma iniciativa da CBIC e do Senai Nacional.

Participe da Consulta Nacional! Para acessar o Projeto de Revisão da ABNT NBR 6120, [clique aqui](#).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Construção civil corta 109 mil empregados em um ano

Veículo: Veja

Data: 30.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://veja.abril.com.br/economia/construcao-civil-corta-109-mil-empregados-em-um-ano/>

Economia

Construção civil corta 109 mil empregados em um ano

O corte de vagas na indústria foi de 43 mil no período; no agronegócio 49 mil postos foram extintos

Por **Estadão Conteúdo**

© 30 ago 2018, 13h24 - Publicado em 30 ago 2018, 12h28



O total de ocupados na construção encolheu 1,6% no trimestre encerrado em julho de 2018 ante o mesmo período de 2017 (Cristiano Mariz/Você S.A./VEJA)

A **construção civil** cortou 109 mil **postos de trabalho** no período de um ano, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**). O total de ocupados na atividade encolheu 1,6% no trimestre encerrado em julho de 2018 ante o mesmo período de 2017. A série histórica começou a ser feita em 2012.

Também houve corte de vagas na indústria – 43 mil trabalhadores a menos – e no setor de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, com menos 49 mil empregados.

Na direção oposta, a atividade de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas – que inclui alguns serviços prestados à indústria – registrou um crescimento de 207 mil vagas em um ano, 2,1% de ocupados a mais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: PIB cresce no segundo trimestre, mas construção civil recua 0,8%

Veículo: AECweb

Data: 03.09.18

Caderno: Notícias

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://www.aecweb.com.br/cont/n/pib-cresce-no-segundo-trimestre-mas-construcao-civil-recua-08_17868

PIB cresce no segundo trimestre, mas construção civil recua 0,8%

Texto: Pedro Miranda

Setor sofre nova queda e acumula redução de 1,7% no primeiro semestre de 2018. O resultado freou a recuperação do PIB nacional, que registrou aumento de 0,2%



PIB do País apresenta recuperação tímida, porém setor da construção apresenta nova queda (crédito: shutterstock.com / Ajan Alen)

03/09/2018 | 17:35 – Divulgado na última sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o **Produto Interno Bruto (PIB)** do Brasil registrou variação positiva de 0,2% em relação ao primeiro trimestre de 2018. A recuperação econômica do país segue em crescente, no entanto, o setor da construção civil continua demonstrando fragilidade.

Em relação ao primeiro trimestre, o PIB da construção retraiu 0,8%. Se comparado ao 2º trimestre de 2017, a queda é ainda maior: 1,1%. O resultado negativo do setor, que corresponde a 50% do investimento no Brasil, é influenciado, entre outros quesitos, pelo desempenho da indústria de materiais, que sofreu queda devido a retração da atividade, motivada pela greve de caminhoneiros.

O investimento no setor da construção civil também está em baixa. "O investimento caiu 1,8% e sem investimento nosso setor paralisa e a economia e o Brasil não avança", explica José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Imóveis

No índice de serviços, as atividades imobiliárias apresentaram alta de 1,2% em relação ao 1º trimestre e 3% comparado ao 2º trimestre de 2017. De acordo com Martins, esse aumento deve-se ao uso de recursos do FGTS, porém alerta para a necessidade de investimentos. "É preciso retomar o investimento para podermos gerar empregos, construindo um crescimento sustentável".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Retomada da construção civil fica para 2019

Veículo: TERRA

Data: 04.09.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: https://www.aecweb.com.br/cont/n/pib-cresce-no-segundo-trimestre-mas-construcao-civil-recua-08_17868

ECONOMIA

Retomada da construção civil fica para 2019

Perspectivas para o semestre em curso são de estagnação, não se afastando o risco de que o PIB do setor recue pelo quinto ano consecutivo

4 SET 2018 05h12

Além da recuperação muito lenta da economia, a incerteza crescente quanto aos rumos da sucessão presidencial é outro fator decisivo para reduzir as possibilidades de retomada clara do segmento de construção civil em 2018. É longo o prazo de maturação do investimento no setor, o que afeta o investimento privado, ao mesmo tempo que o setor público dispõe de poucos recursos para aplicar em infraestrutura. As perspectivas para o semestre em curso são de estagnação, não se afastando o risco de que o PIB da construção civil recue pelo quinto ano consecutivo.

No primeiro semestre, segundo a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), que reúne 20 empresas de grande porte, foram vendidas 41.202 unidades, mais 28,5% em relação a igual período de 2017. Mas, em junho, as vendas de imóveis novos avançaram apenas 3,3% em relação a junho de 2017, lideradas por imóveis enquadrados no Programa Minha Casa, Minha Vida, que registrou elevação de vendas de 25%. Nas mesmas bases de comparação, houve recuo de 16% na comercialização de imóveis de médio e alto padrão.

A Sondagem da Construção da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto Brasileiro de Economia (FGV/Ibre) mostrou que a confiança das empresas do setor caiu 1,6 ponto entre julho e agosto, em contraste com a alta de 1,7 ponto registrada entre junho e julho. O indicador de expectativas retrocedeu para os níveis de agosto de 2017, resultado que "sugere uma piora mais definitiva do cenário de retomada vislumbrado anteriormente pelas empresas de construção", segundo a economista Ana Maria Castelo, coordenadora de Projetos da Construção do FGV/Ibre.

As empresas estão mais preocupadas com os negócios de curto prazo, pois falta demanda e as tendências são negativas. As contas nacionais calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram que a construção civil caiu 2,1% em 2014, recuou 9% em 2015, perdeu 5,6% em 2016 e cedeu 5% em 2017. Está prevista nova queda em 2018, embora em porcentual menor. A retomada muito fraca se reflete no emprego, que caiu 2,5% entre os segundos trimestres de 2017 e de 2018.

A abertura de 10 mil postos formais no setor em julho, indicada pelo Ministério do Trabalho, foi apenas um alívio, sem que se alterem as perspectivas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Mercado financeiro reduz para 1,44% previsão de crescimento do PIB em 2018

Veículo: G1

Data: 04.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/09/03/mercado-financeiro-baixa-para-144-previsao-de-crescimento-do-pib-em-2018.ghtml>

Mercado financeiro reduz para 1,44% previsão de crescimento do PIB em 2018

Expectativa de inflação para esse ano passou de 4,17% para 4,16%. Pesquisa foi realizada pelo BC na semana passada e divulgada nesta segunda-feira (3).

Por **Alexandro Martello**, G1, Brasília
03/09/2018 08h36 - Atualizado ontem

Os economistas do mercado financeiro reduziram de 1,47% para 1,44% a estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018.

A expectativa está no boletim de mercado, também conhecido como relatório "Focus", divulgado nesta segunda-feira (3) pelo Banco Central. O relatório é resultado de levantamento feito na semana passada com mais de 100 instituições financeiras.

O Produto Interno Bruto é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia.

Para o ano que vem, a expectativa do mercado para expansão da economia continuou em 2,50%. Os economistas dos **bancos não alteraram a previsão de expansão da economia** para 2019, 2020 e para 2021, que continuou em 2,5% para todos estes anos.

Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o **PIB brasileiro cresceu 0,2% no 2º trimestre de 2018**, na comparação com os três meses anteriores.

- **Veja 9 fatores que explicam o PIB perto do zero e a lentidão da recuperação da economia**

O resultado foi sustentado pelo setor de serviços e pressionado por forte queda da indústria e dos investimentos, reforçando a leitura de perda de ritmo e recuperação ainda mais lenta da economia brasileira.

ESTIMATIVAS DO RELATÓRIO FOCUS

PREVISÃO	2018	2019
Produto Interno Bruto (PIB)	1,44%	2,5%
Inflação	4,16%	4,11%
Taxa básica de juros (Selic)	6,50%	8%
Dólar	R\$ 3,80	R\$ 3,70
Balança comercial (saldo)	US\$ 55 bilhões	US\$ 47,1 bilhões
Investimento estrangeiro direto	US\$ 67 bilhões	US\$ 74 bilhões

Fonte: Banco Central

Inflação

Para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, os economistas do mercado financeiro reduziram sua estimativa de 4,17% para 4,16% para esse ano.

Com isso, a expectativa do mercado segue abaixo da meta de inflação, que é de **4,5% neste ano**, e dentro do intervalo de tolerância previsto pelo sistema. A meta terá sido cumprida se o IPCA, a inflação oficial do país, ficar entre 3% e 6% em 2018.

A **meta de inflação** é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia (Selic).

Para 2019, os economistas das instituições financeiras baixaram sua estimativa de inflação de 4,12% para 4,11%. A meta central do próximo ano é de 4,25%, e o intervalo de tolerância do sistema de metas varia de 2,75% a 5,75%.

Outras estimativas

Taxa de juros - O mercado manteve estável em 6,50% ao ano sua estimativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, ao final de 2018 - atual patamar e piso histórico. Para o fim de 2019, a expectativa do mercado financeiro para a Selic continuou em 8% ao ano. Deste modo, os analistas seguem prevendo alta dos juros no ano que vem.

Dólar - A projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2018 avançou de R\$ 3,75 para R\$ 3,80 por dólar. Para o fechamento de 2019, ficou estável em R\$ 3,70 por dólar.

Balança comercial - Para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), a projeção em 2018 recuou de US\$ 55,7 bilhões para US\$ 55 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado para o superávit recuou de US\$ 49,8 bilhões para US\$ 47,1 bilhões.

Investimento estrangeiro - A previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em 2018, permaneceu estável em US\$ 67 bilhões. Para 2019, a estimativa dos analistas ficou inalterada em US\$ 74 bilhões.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: Consumidores terão que pagar R\$ 1,937 bilhões para cobrir déficit do setor elétrico, diz Aneel

Veículo: G1

Data: 04.08.18

Caderno: Economia

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/09/04/aneel-aumenta-para-r-1937-bilhoes-valor-que-sera-pago-para-cobrir-deficit-do-setor-eletrico.ghtml>

Consumidores terão que pagar R\$ 1,937 bilhões para cobrir déficit do setor elétrico, diz Aneel

Inicialmente, agência havia proposto valor de R\$ 1,446 bilhão, mas elevou o número após audiência pública. Verba é utilizada para cobrir déficit da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Por Laís Lis, G1, Brasília
04/09/2018 11h41 · Atualizado há 1 hora

Os consumidores de energia elétrica pagarão R\$ 1,937 bilhão para cobrir o déficit do orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) de 2018. A informação foi confirmada em reunião da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) desta terça-feira (4). O valor será pago por todos os consumidores na conta de luz.

O valor aprovado nesta terça-feira é maior do que o colocado em audiência pública no dia 7 de agosto. No começo daquele mês, **a Aneel havia proposto um aumento de R\$ 1,446 bilhão** na cota paga pelos consumidores de energia. Após a audiência pública, o valor que os consumidores de energia terão que pagar para cobrir o déficit na CDE aumentou para R\$ 1,937 bilhão.

O aumento foi proposto depois que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável por administrar o fundo, verificou que o orçamento da CDE de 2018 seria insuficiente para pagar todas as despesas.

A CDE financia medidas como:

- pagamento de indenizações a empresas;
- subsídio à conta de luz de famílias de baixa renda;
- compra de parte do combustível usado pelas termelétricas que geram energia para a região Norte do país;
- o programa Luz Para Todos.

O fundo é financiado principalmente pelos consumidores de energia, mas também recebe recursos de multas aplicadas pela Aneel.

Repasse

A nova despesa será repassada para todas as tarifas que forem reajustadas ainda este ano. Para as empresas distribuidora de energia que já passaram por reajuste em 2018, o valor só será incluído na tarifa dos consumidores em 2019.

Um dos pontos que levou à previsão de déficit na CDE de 2018 foram os empréstimos dados às distribuidoras da Eletrobras que serão privatizadas.

Como a privatização das empresas atrasou - duas das seis empresas ainda não foram vendidas - o empréstimo dado às distribuidoras foi prorrogado, o que reduziu o repasse de recursos da Reserva Geral de Reversão (RGR) para a CDE, afetando o orçamento do fundo. Com isso, o repasse da RGR para a CDE caiu em R\$ 829 milhões, passando de R\$ 1,307 bilhão para R\$ 478 milhões.

Outro ponto de destaque foi o aumento na previsão de gastos com subsídios tarifários - como para irrigantes e para empresas de saneamento. A previsão de gastos com esses descontos tarifários aumentou R\$ 1,418 bilhão com relação ao orçamento original da CDE de 2018. Também aumentaram as previsões de gastos com subvenção a carvão mineral e com a compra de combustível para abastecer térmicas dos chamados sistemas isolados, que são regiões que ainda não estão interligadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Novo orçamento

Com a revisão aprovada pela Aneel, o custo da Conta de Desenvolvimento Energético em 2018 passou de R\$ 18,8 bilhões, para R\$ 20, bilhões, um aumento de R\$ 1,210 bilhão.

O valor que será pago pelos consumidores é maior do que o aumento da despesa total da CDE porque além de aumento das despesas - com subsídios por exemplo -, houve redução de algumas receitas, como os repasses da RGR.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Título: STF autoriza terceirização irrestrita

Veículo: CBIC Hoje

Data: 31.08.18

Caderno: Newsletter

Página: On-line

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Link: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CBIC-HOJE-30.08.2018.pdf>

STF autoriza terceirização irrestrita



◀ O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou nesta quinta-feira (30/08), por 7 votos a 4, a constitucionalidade da terceirização de atividades, meio ou fim, das empresas.

Os ministros analisaram dois casos anteriores à lei da terceirização. Um deles referente à legalidade de decisões da justiça do trabalho proibindo a terceirização em alguns setores. O outro sobre a possibilidade de terceirização da atividade-fim.

Votaram a favor da terceirização os ministros Luis Roberto Barroso, Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Celso de Mello e Carmen Lucia.

Os ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio abriram divergência votando contra a terceirização.

A lei que permite a terceirização de todas as atividades foi sancionada em 2018 pelo presidente da República, Michel Temer.

Confira mais sobre o assunto amanhã, 31/08, no **CBIC Mais**.

(Com informações da Folha de S.Paulo)

Mais notícias

CBIC Hoje

[CBIC HOJE NEWSLETTER 30/08/2018 / EDIÇÃO 6142](#)

TERRA

[Portal de compartilhamento de quartos é alternativa para proprietários de imóveis](#)

Folha de S. Paulo

[Advogados recomendam cautela na adoção de arbitragem trabalhista](#)

AGENDA

SETEMBRO

11 – Seminário Revisão do Sinapi

20 – I Seminário - Questão Social e Ambiental na Engenharia e Arquitetura



I Seminário - Questão Social e Ambiental na Engenharia e Arquitetura

Objetivo: apresentar aos profissionais de engenharia e arquitetura que atuam na elaboração de projetos, execução de obras, tecnologias industriais e agrícolas a questão social e ambiental, bem como suas certificações.

- DIA: 20.09 ÀS 19:00
- LOCAL: AUDITÓRIO CETAM - DOM PEDRO I - MANAUS- AM
- FACILITADOR: SR. TAKASHI YAMAUCHI (MEMBRO ISO E ABNT)

PARTICIPE É GRATUITO!

PATROCÍNIO

+Babbel

REALIZAÇÃO



APOIO



SEMINÁRIO REVISÃO DO SINAPI

SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E
ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL



'ORÇAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS'

O SINDUSCON-AM, em parceria com Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), promove o Seminário sobre Revisão do Sinapi. Gerenciado pela Caixa Econômica Federal, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) é uma ferramenta para previsão orçamentária e planejamento de programas governamentais que envolvam execução de obras.

PUBLICO ALVO

- Dirigentes de construtoras e orçamentistas, engenheiros e arquitetos
- Contratantes de obras da União, do Estado e Município
- Representantes regionais da Caixa no Estado
- Representantes dos organismos fiscalizadores e normalizadores (CREA, TCE, Ministério Público e Polícia Federal).

PALESTRANTES

- Geraldo de Paula Eduardo – engenheiro civil, consultor da COP/CBIC e gestor do Projeto de Revisão do Sinapi pela CBIC
- Luciana Andrade – engenheira civil, responsável pela Área de Orçamentos do SINDUSCON-PE
- Mauro Fernando Martins de Castro – arquiteto e gerente executivo do Sinapi da Caixa Econômica Federal

**11 DE
SETEMBRO**

FIEAM – auditorio Auton
Furtado, Av. Joaquim
Nabuco, nº 1919 – Centro

Horário
18h às 21h

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

- atendimento@sinduscon-am.org.br
- (92) 3622-6525
- (92) 98413-6962

